



**QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÉ TÉCNICO
ESPECIALIZADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
TRABALHO E EMPREGO (CTE-SDLE-4)
04-08 de Abril de 2022
Adis Abeba, Etiópia**

***Tema: “Promover a Melhoria do Bem-Estar e das Condições de Vida
em África”***

INICIATIVA SALEEMA

**INICIATIVA DA UNIÃO AFRICANA SOBRE A ELIMINAÇÃO DA
MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA
PROGRAMA E PLANO DE ACÇÃO DE 2019 - 2023**

| | |
|--|-------------------------------------|
| Índice | Error! Bookmark not defined. |
| 1. Prefácio | 3 |
| 2. Introdução..... | 4 |
| 3. Antecedentes e Fundamentação - Porquê Acabar com a MGF em África..... | 6 |
| 3.1 Declaração de Problemas - Contexto..... | 6 |
| 3.2 Condutores e Causas de Mutilação Genital Feminina..... | 8 |
| 3.3 Políticas e Programas da CUA..... | 9 |
| 3.4 A Agenda da CUA para a MGF Hoje | 10 |
| 3.5 A Iniciativa Saleema - Acelerar a Acção em África..... | 10 |
| 4. Teoria da Mudança | 12 |
| 5. Objectivos Estratégicos e Resultados | 13 |
| 5.1 Alvo | 13 |
| 5.2 Objectivos..... | 13 |
| 5.3 Resultados Previstos/Pilares | 13 |
| 6. Estratégia de Comunicação e Sensibilização..... | 14 |
| 7. Disposições relativas à implementação | 15 |
| 8. Mobilização de Recursos | 16 |
| 9. Monitorização e Avaliação | 17 |
| 9.1 Quadro de Responsabilização | 17 |
| 10. Teoria pormenorizada da mudança | 20 |
| 11. Coordenadas de contacto | 22 |

1. Prefácio

A União Africana está a formular uma agenda que envolve os Estados-membros, líderes tradicionais e religiosos, organizações parceiras e organizações da sociedade civil, para pôr fim à mutilação genital feminina dentro do contexto e orientação da Agenda Transformativa 2063 da África. Os Chefes de Estado e de Governo da União Africana providenciaram também a base e um veículo para que este trabalho tome forma, sob a configuração da Decisão da Assembleia com Ref [Assembly/AU/Dec.737 \(XXXII\)](#) sobre "[Galvanizar o Compromisso Político para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina em África](#)" e a Iniciativa da União Africana (UA) sobre a Eliminação da Mutilação Genital Feminina.

A decisão aprovou e solicitou à Comissão da União Africana (CUA) a implementação de uma Iniciativa da UA sobre a Eliminação da Mutilação Genital Feminina - denominada Iniciativa Saleema; designou S.Exa. Roch Marc Christian Kaboré, Presidente do Burkina Faso, como o Promotor da UA sobre a Eliminação da Mutilação Genital Feminina; e solicitou à CUA a implementação de um quadro de responsabilização para a iniciativa, bem como relatórios periódicos sobre a situação da mutilação genital feminina em África.

A Comissão está empenhada em implementar esta agenda. A Iniciativa Saleema será a plataforma para a CUA, as Comunidades Económicas Regionais (CER), organizações regionais e nacionais da sociedade civil, grupos comunitários e os nossos parceiros empenhados em galvanizar a acção política continental. A iniciativa será também crucial para acelerar os esforços aos níveis regional, nacional e comunitário.

O número de raparigas jovens, particularmente com menos de 15 anos de idade, que estão em risco de serem sujeitas a esta prática prejudicial é demasiado elevado. A África, por todas as vias, deve reforçar o que está a funcionar. O objectivo deve ser o de garantir que não estamos a deixar nenhuma rapariga ou mulher para trás. E a isto, queremos agradecer a todos os Estados-Membros pela resposta, dedicação e compromisso com esta agenda. Agradecemos também a todos os nossos parceiros - em particular ao Burkina Faso na qualidade de Estado-membro líder e convocador, bem como às Nações Unidas, através do Programa Conjunto FNUAP-UNICEF sobre a Eliminação da Mutilação Genital Feminina, pelos conhecimentos técnicos e apoio

A Mutilação Genital Feminina não se trata apenas de raparigas e mulheres - trata-se de todos, incluindo homens e rapazes. Façamos todos parte do processo, e asseguremos que as nossas acções contem.

**Sua Exa. Sra. Amira Elfadil Mohammed
Elfadil,**
Comissária, Departamento dos Assuntos Sociais
Comissão da União Africana

S.Exa. Moussa Faki Mahamat,
Presidente da Comissão da União Africana

2. Introdução

A Mutilação Genital Feminina (MGF) é reconhecida internacionalmente como uma violação dos direitos humanos de raparigas e mulheres, e uma forma de violência baseada no género, tal como consta de numerosos instrumentos regionais e internacionais de direitos humanos, nomeadamente a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o seu Protocolo sobre os Direitos da Mulher (o Protocolo de Maputo), a Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Convenção sobre os Direitos da Criança, o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, e o Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos.

Sendo uma prática prejudicial, a MGF afigura-se como um obstáculo significativo à luta contra a pobreza e ao avanço dos resultados do desenvolvimento humano. As raparigas e mulheres submetidas à MGF enfrentam complicações psicológicas e fisiológicas ao longo da vida, que incluem dores graves, hemorragias, problemas menstruais, depressão e ansiedade. A prática constitui também um importante factor de resultados negativos na saúde materna, neonatal e infantil, com um risco acrescido de complicações no parto e necessidade de cirurgias adicionais, particularmente quando a MGF tipo 3 está envolvida¹. Por outro lado, a MGF viola os princípios e normas dos direitos humanos, mormente os princípios da igualdade e da não discriminação com base no sexo, o direito à ausência de tortura ou castigos cruéis, desumanos ou degradantes, o direito ao mais alto nível de saúde possível, os direitos da criança, o direito à integridade física e mental, e mesmo o direito à vida.

O compromisso da União Africana de eliminar a mutilação genital feminina baseia-se em décadas de trabalho realizado por um leque diversificado de agentes de mudança nos Estados-membros, onde raparigas e mulheres estão em risco de mutilação genital. Uma série de iniciativas e campanhas continentais e regionais, entre as quais a Campanha para Acelerar a Redução da Mortalidade Materna em África (CARMMA), a Campanha da União Africana para a Eliminação do Casamento Infantil, e a Campanha Saleema (implementada no Sudão) para Eliminar a Mutilação Genital Feminina, providenciam um forte ponto de referência para acções a nível político e comunitário no sentido de pôr fim à violência perpétua baseada no género, apoiam a mudança nas normas sociais que não beneficiam raparigas e mulheres e contribuem para a concretização da "África que Queremos".

¹ MGF Tipo III (Infibulação) - Envolve o estreitamento do orifício vaginal (abertura) com a criação de um selo de cobertura cortando e juntando as pregas vaginais interna e externa, com ou sem a remoção do clítoris

Os Estados-membros da União Africana e a Comissão são guiados pela Agenda Transformativa 2063 da África, na abordagem da violência generalizada baseada no género e da violação dos direitos humanos que é a prática da MGF. Com base nos esforços em curso para acelerar os esforços no sentido de eliminar esta prática prejudicial, a Agenda 2063 de África sobre a "África que Queremos", sob a aspiração 6, prioridade 6.1.2, apela à "erradicação de todas as formas de violência baseada no género...incluindo a mutilação genital feminina". Isto está ligado à Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, nos termos do objectivo 5 dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável sobre "alcançar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres e raparigas", e apela à eliminação de todas as práticas nocivas, incluindo a mutilação genital feminina.

3. Antecedentes e Fundamentação - Porquê Acabar com a MGF em África

A Iniciativa da União Africana (UA) sobre a Eliminação da Mutilação Genital Feminina - Iniciativa Saleema - é um esforço a nível continental destinado a acelerar a acção para pôr fim a esta prática. A Iniciativa Saleema da UA foi aprovada e lançada à margem da 32ª Sessão da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, em Fevereiro de 2019. A Decisão da Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana Assembly/AU/Dec.737(XXXII) aprovou a implementação da Iniciativa Saleema e nomeou o Presidente da República do Burkina Faso, S.Exa. Roch Marc Christian Kaboré, como o Promotor da UA na Eliminação da MGF.

3.1 Declaração de Problemas - Contexto

A MGF refere-se a "todos os procedimentos que envolvam a remoção parcial ou total dos órgãos genitais externos femininos ou outras lesões dos órgãos genitais femininos, por razões culturais e não médicas". A prática ocorre em todas as faixas etárias - crianças, raparigas jovens e mulheres adultas. Mas as raparigas jovens com menos de 14 anos de idade estão particularmente em risco, representando entre 1 a 3 em 4 casos ²em todos os países com prevalência.

Mais de 125 milhões de raparigas e mulheres foram submetidas a mutilação genital feminina em África, representando mais de 60% da prevalência global - 200 milhões. No continente, as taxas de prevalência variam entre 15% e mais de 95% para raparigas e mulheres dos 15 aos 49 anos de idade, sendo os países seleccionados das regiões da África Central e Ocidental responsáveis por uma grande parte dos números. Com base nas estimativas actuais, mais de 50 milhões de raparigas entre os 0 - 14 anos de idade estarão em risco de serem submetidas à MGF até 2030, na África, se não forem tomadas medidas urgentes para inverter as tendências actuais.

O progresso global na redução da MGF em África é relativamente positivo mas mais lento do que o esperado. Em toda a África, os países estão a registar um elevado crescimento populacional. As estimativas actuais colocam a população do continente em

Tipos de Mutilação Genital Feminina

Tipo I: Clitoridectomia

Remoção parcial ou total do clítoris e/ou do prepúcio (ou prepúcio). Isto significa;

- a) Remoção do clítoris ou prepúcio apenas e ou;
- b) Remoção do clítoris com o prepúcio

Tipo II: Excisão

Remoção parcial ou total do clítoris e dos lábios minora, com ou sem a excisão dos lábios majora. Isto pode incluir;

- a) Remoção dos lábios minora (prega vaginal interna) apenas;
- b) Remoção parcial ou total do clítoris e dos lábios minora;
- c) Remoção parcial ou total do clítoris, dos lábios minora e dos lábios majora (prega vaginal externa)

Tipo III: Infibulação

É o estreitamento do orifício vaginal (abertura) com a criação de um selo de cobertura cortando e juntando as pregas vaginais internas e externas, com ou sem remoção do clítoris.

Tipo IV: Outros

Procedimentos danosos à genitália feminina para fins não médicos, por exemplo: picar, perfurar, incisar, raspar e

² UNFPA-UNICEF Joint Programme on Eliminating FGM: Accelerating Change

1,2 mil milhões de pessoas³, e prevê-se que este número continue a aumentar nas próximas décadas. No entanto, a tendência de diminuição da prevalência da MGF não está a par com o aumento da população, o que contribui significativamente para o lento progresso observado. No entanto, nos últimos anos, têm surgido vários sinais positivos de mudança, incluindo:

- a) Reduções significativas na prevalência entre alguns grupos devido a uma diminuição na idade de prática da MGF;
- b) Há provas de um número crescente de comunidades que declaram publicamente o abandono da prática;
- c) Os líderes tradicionais e religiosos estão a assumir um papel activo na abordagem de atitudes negativas e normas sociais que perpetuam a prática da MGF;
- d) Mais de 20 países têm leis que proíbem/ criminalizam a MGF;
- e) Informados por provas e melhores práticas, os Estados-membros da UA, particularmente no Corno de África e na África Oriental, estão a reunir-se para abordar a prática transfronteiriça da mutilação genital feminina - com quadros legislativos, prestação de serviços, mobilização da comunidade e esforços de sensibilização em curso.

³ [World Population Review, 2019](#)

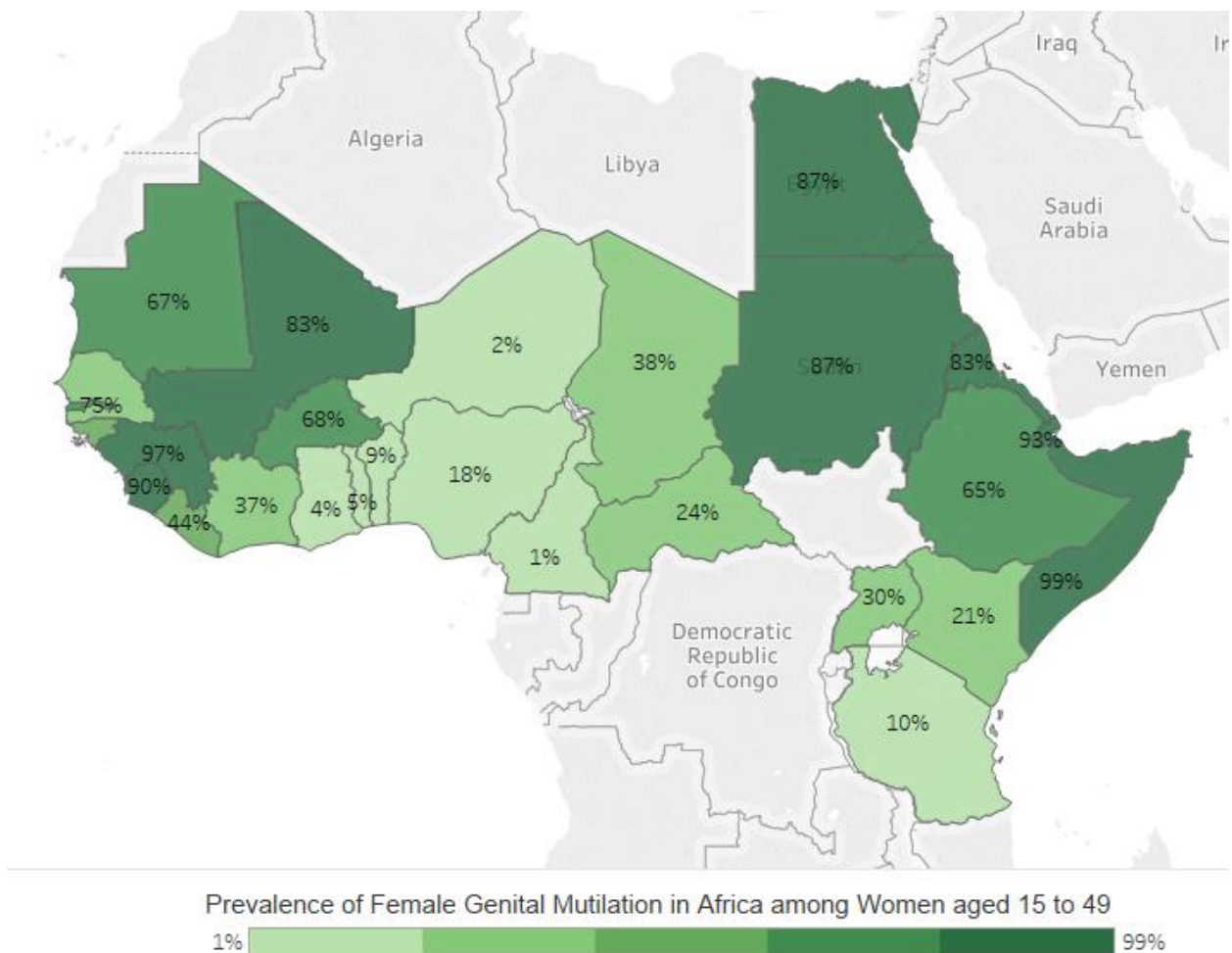


Figure 1: UNFPA, Member States DHS and MICS, 2019

Inversamente, os esforços para pôr fim à prática também deram origem a algumas tendências negativas - particularmente a medicalização da MGF, o que significa que a prática é conduzida por provedores de saúde profissionais/formados, incluindo médicos, enfermeiros e parteiras. Em vários Estados-membros, os profissionais de saúde qualificados realizam a MGF sob o pretexto de reduzir os riscos associados aos métodos tradicionais. Mais de 20 milhões de mulheres a nível mundial foram cortadas nas mãos de profissionais de saúde, e destes, estima-se que 18 milhões (93%) se encontrem em três países africanos - Egito, Nigéria e Sudão⁴.

3.2 Condutores e Causas de Mutilação Genital Feminina

Diferentes comunidades expressam diferentes razões internas para a MGF quando desafiadas a pôr fim à prática. A defesa mais consistente é a cultura e a identidade; que a MGF faz parte das práticas socioculturais que definem as comunidades onde é praticada, e isto forma o tecido da sua identidade. Além disso, agravando a questão,

⁴ Programa Conjunto FNUAP-UNICEF sobre a Eliminação da MGF: Acelerando a Mudança

onde a MGF é uma convenção social (norma social), a pressão social para se conformar ao que os outros fazem e têm feito, bem como a necessidade de ser aceite socialmente, a MGF é quase universalmente praticada e inquestionável. Existem também numerosos factores sociais e causas de mutilação genital feminina. Estas derivam de expectativas normativas relacionadas com a desigualdade de género, incluindo o desejo de controlar a sexualidade feminina, o apoio a algumas interpretações religiosas, a marcação ritual da transição de uma rapariga para a idade adulta, o acesso limitado à educação e oportunidades económicas para raparigas e mulheres, e a garantia do estatuto social das raparigas ou das mulheres, castidade, purificação e ou casamento. Estudos e avaliações demonstraram que a MGF funciona como norma social, e é mantida por expectativas recíprocas no seio das comunidades. Como resultado, as recompensas e sanções sociais associadas à MGF são um determinante poderoso tanto para a continuação como para o abandono da prática. Estas são as manifestações de desigualdades de género profundamente enraizadas, discriminação, estereótipos de género e masculinidades nocivas nas sociedades que apoiam a MGF, exigindo uma abordagem baseada no género para abordar as causas profundas, bem como os seus efeitos

A prática tem sido desritualizada e levada à clandestinidade em muitas comunidades de todo o continente, levando a que as raparigas sejam sujeitas a cortes em idades muito mais jovens no meio de um maior secretismo sobre a prática. Estas tendências são amplamente interpretadas como reaccionárias, surgindo da pressão para mudar quando não está autenticamente enraizada na visão do mundo e na cultura das pessoas mais afectadas pela prática. Estes desenvolvimentos falam de uma necessidade não só de acelerar e alargar os esforços actuais, mas também de inovar e diversificar as abordagens da Comissão da União Africana. Acima de tudo, devem ser feitos esforços acrescidos para se envolver de forma holística com os contextos sociais em que as comunidades são hoje obrigadas a navegar, incluindo o património cultural negativo da MGF. Uma abordagem importante que encarna estes objectivos é a Iniciativa Saleema.

3.3 Políticas e Programas da CUA

A Comissão da União Africana é guiada pela Agenda 2063 no avanço da Agenda para pôr fim à Mutilação Genital Feminina, que sob a aspiração 6, prioridade 6.1.2, apela à "erradicação de todas as formas de violência baseada no género...incluindo a mutilação genital feminina". Isto repercute-se numa série de instrumentos legais em funcionamento, incluindo a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o seu Protocolo sobre os Direitos da Mulher (Protocolo de Maputo), a Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança, e programas estratégicos como o Plano de Acção de Maputo (2016 - 2030) para a Operacionalização do Quadro Político Continental para a Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos, a Estratégia da UA para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres, a CARMMA e a Declaração de Adis Abeba sobre População e Desenvolvimento.

3.4 A Agenda da CUA para a MGF Hoje

O compromisso da União Africana de eliminar a mutilação genital feminina baseia-se em décadas de trabalho de diferentes agentes de mudança nos Estados-membros, onde raparigas e mulheres estão em risco de mutilação genital. Em 2011, os Chefes de Estado da União Africana na 17ª Sessão Ordinária realizada em Malabo, Guiné Equatorial, de 30 de Junho a 1 de Julho de 2011, adoptaram a Decisão Assembly/UA/Dec.383(XVIII) sobre o "Apoio a um Projecto de Resolução na Sexta Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas para Banir a Mutilação Genital Feminina no Mundo". Isto resultou nas resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) A/RES/67/146 (2012), A/RES/69/150 (2014) e A/RES/71/168 (2016) sobre "Intensificação dos esforços globais para a eliminação das mutilações genitais femininas". Na 32ª Sessão Ordinária da Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da UA, os Chefes de Estado adoptaram a Assembly/AU/Dec.737(XXXII) sobre "Galvanizar o Compromisso Político para a Eliminação das Mutilações Genitais Femininas em África", que aprovou a Iniciativa da UA para a Eliminação da MGF - a Iniciativa Saleema. A decisão também apelou aos Estados-membros para implementarem a Iniciativa Saleema, com enfoque na mudança de normas sociais e dimensões culturais, incluindo a abordagem da "prática transfronteiriça da mutilação genital feminina, para além da implementação de quadros legislativos fortes, atribuição de recursos financeiros domésticos, promoção da utilização de provas e dados, relatórios regulares, e o envolvimento da sociedade civil e grupos comunitários na erradicação da mutilação genital feminina.

3.5 A Iniciativa Saleema - Acelerar a Acção em África

A Iniciativa da União Africana sobre a Eliminação da Mutilação Genital Feminina - Iniciativa Saleema - é um esforço a nível continental para acelerar a acção destinada a pôr fim a esta prática. A Iniciativa Saleema foi aprovada pela Decisão Assembly/AU/Dec.737 (XXXII) dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, e lançada à margem da 32ª Sessão da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da União Africana, em Fevereiro de 2019. A Cimeira também designou o Presidente da República do Burkina Faso, S.Exa. Roch Marc Christian Kaboré, como Promotor da UA sobre a Eliminação da MGF.

A Iniciativa Saleema da UA baseia-se particularmente na Campanha Saleema - uma campanha de comunicação social implementada no Sudão desde 2008. Saleema, árabe para "tudo, saudável no corpo e na mente", defendeu uma terminologia positiva para raparigas que não foram submetidas a mutilação genital feminina, desafiando assim as terminologias mais comuns a descrever raparigas e mulheres que foram submetidas a esta prática prejudicial.

O Conceito Saleema: Esta abordagem visa acelerar acções que garantam que cada rapariga africana possa crescer até à maturidade na sua forma natural e original: saleema completa, incólume, sem ferimentos. Baseia-se na premissa de que a MGF está enraizada em normas e contextos socioculturais e, por conseguinte, o poder de abandonar a prática reside nas famílias e comunidades. Só a mudança induzida pelas pessoas pode efectivamente pôr fim à prática. Uma característica distintiva é a utilização de técnicas e abordagens de comunicação fortes e positivas, afirmando valores culturais importantes, enquanto se constroem aspirações de mudança. O foco não está no que as comunidades "precisam para desistir", mas sim no "que elas têm a ganhar com a mudança".

A Iniciativa Saleema da UA defenderá uma acção acelerada a nível dos Estados-membros da União Africana para a protecção e cuidados de jovens raparigas e mulheres em direcção a zero casos de mutilação genital feminina até 2030. Implicará dar prioridade a um pacote geral de intervenções, incluindo intervenções de alto nível sobre política e acção legislativa, afectação de recursos financeiros domésticos, e prestação de serviços, bem como um envolvimento comunitário para a mudança de normas sociais através de uma abordagem holística, e a criação de uma nova narrativa cultural para abordar as lacunas e desigualdades de género subjacentes que impulsionam a prática da mutilação genital feminina nas comunidades mais afectadas, em todo o continente e a nível global.

A iniciativa procurará impulsionar acções a todos os níveis, com um enfoque específico da comunicação Saleema para a mudança das normas sociais, fomentando um enfoque particular a nível comunitário (dentro do núcleo familiar e fora dele) para uma maior sensibilização e consciencialização que leve à mudança das normas sociais. Irá promover abordagens de comunicação positivas para apoiar esforços tendentes a abandonar a mutilação genital feminina e mobilizar líderes comunitários e grupos de defesa para responsabilizar os governos locais e nacionais. Os líderes comunitários são críticos na comunicação para que a mudança aconteça e serão uma dinâmica importante na Iniciativa Saleema como guardiões das tradições e práticas culturais. Os esforços destinados a promover a aceitação positiva do abandono da prática da MGF envolverão a comunidade como um todo, inclusive os líderes locais e responsáveis. Também dar-se-á prioridade a abordagens de base e da base para o topo que envolvam e alarguem directamente as vozes dos membros comuns da comunidade. A inclusão na comunicação positiva será fundamental na iniciativa para assegurar que as raparigas e mulheres não cortadas sejam aceites e habilitadas. Para este efeito, as instituições nacionais de direitos humanos serão fundamentais no avanço do discurso dos direitos humanos e na defesa da responsabilização das obrigações regionais e internacionais em matéria de direitos humanos, a fim de eliminar a mutilação genital feminina.

A iniciativa colocará igualmente ênfase à sensibilização de alto nível para mobilizar o compromisso político, reforçar a responsabilização através de "mecanismos de responsabilização nacionais, regionais e continentais", reforçar dados, provas e a troca de experiências e informações sobre o progresso, bem como envolver parceiros para colmatar lacunas políticas e programáticas no sentido de acelerar a implementação. O Plano de Acção da Iniciativa Saleema e o seu quadro de responsabilização darão orientações aos Estados-membros, parceiros, sociedade civil e grupos comunitários. Espera-se que a Iniciativa Saleema crie um impulso que resulte num aumento dos esforços para pôr fim à prática da MGF em África, até 2030.

4. Teoria da Mudança

A Iniciativa Saleema procura envolver os mecanismos políticos em África, particularmente através da União Africana, para suscitar compromissos e acções tendentes a acelerar a eliminação da mutilação genital feminina. A Teoria da Mudança pressupõe a adesão progressiva dos Estados-membros da UA para implementar programas deliberados e direccionados, e quando existam, para reforçar a implementação de programas com vista à eliminação da mutilação genital feminina. Espera-se que estes produzam um pacote mínimo em conformidade com a decisão Assembly/AU/Dec.737 (XXXII), que apela a uma maior atenção às normas sociais e dimensões culturais que perpetuam a prática nociva; a abordagem da prática transfronteiriça da MGF; a implementação de quadros legislativos fortes, a atribuição de recursos financeiros nacionais, a promoção da utilização de provas e dados, relatórios periódicos, e o envolvimento da sociedade civil e de grupos comunitários na erradicação da mutilação genital feminina.

Com uma abordagem multifacetada, a iniciativa procurará utilizar métodos de defesa política e de responsabilização para assumir compromissos e acções para eliminar a MGF aos níveis continental e regional. Isto incluirá o envolvimento dos Estados-membros a nível da União Africana, através de órgãos e processos estatutários, bem como reuniões ordinárias e extraordinárias dos Estados-membros. Além disso, uma campanha dedicada de defesa e comunicação tentará popularizar e disseminar informação, desafiando ao mesmo tempo as dinâmicas sociais e culturais que impulsionam a prática da MGF. Como resultado destes esforços, os intervenientes a nível nacional - designadamente Governos, Líderes Comunitários, Tradicionais e Religiosos, Parceiros e Organizações da Sociedade Civil - impulsionarão a acção a nível nacional através das intervenções e programas existentes. Nos casos em que faltem intervenções programáticas, espera-se que os actores locais insistam na implementação urgente, através de uma forma coordenada e economicamente viável, que dê prioridade à utilização de provas e dados, à troca de informações e experiências, à inovação e à produção regular de relatórios.

Dentre os principais parceiros da iniciativa farão parte os Estados-membros da UA, particularmente aqueles com prevalência da MGF, comunidades económicas regionais, organizações e programas regionais (tais como a Iniciativa Spotlight e programas de apoio, entre os quais o Programa Conjunto FNUAP-UNICEF para a Eliminação da MGF), organizações nacionais e comunitárias, líderes (políticos, comunitários, religiosos, tradicionais) e os meios de comunicação social (tradicionais e modernos). **Favor, consulte a Secção 10 para um esboço detalhado da Teoria da Mudança.**

5. Objectivos Estratégicos e Resultados

5.1 Objectivo

A Iniciativa Saleema da UA tem por objectivo galvanizar o compromisso político e acelerar a acção em direcção a zero casos de mutilação genital feminina até 2030, em África.

5.2 Objectivos

- a) Desenvolver uma campanha de comunicação e sensibilização orientada e estratégica para mobilizar o envolvimento político e dos intervenientes a fim de abordar as normas sociais e as dinâmicas culturais que conduzem à mutilação genital feminina.
- b) Mobilizar capacidades, assistência técnica e instrumentos para acelerar a implementação de políticas e programas sobre a eliminação da mutilação genital feminina a nível nacional.
- c) Reforçar dados e provas continentais para uma defesa e programação eficazes sobre a eliminação da mutilação genital feminina.
- d) Institucionalizar um quadro de responsabilização da UA entre os Estados-membros sobre a eliminação da MGF no continente.

5.3 Resultados Previstos/Pilares

- a) Mudanças positivas assinaláveis nas normas sociais e dinâmicas culturais que contribuem para violações generalizadas dos direitos humanos e violência baseada no género, através da prática da mutilação genital feminina, impulsionada por uma campanha de comunicação e sensibilização direccionada e estratégica.

- b) Reforço das capacidades e políticas dos intervenientes, resultando em programas que operam em escala, e contribuindo para acelerar a eliminação da mutilação genital feminina.
- c) A África está a gerar provas, dados e informação sobre, e a aumentar a eficiência da programação, formulação de políticas e prestação de serviços no sentido de eliminar a mutilação genital feminina.
- d) Quadro de responsabilização institucionalizado e funcional da UA, com os Estados-membros, detentores de direitos e detentores de deveres no centro, para a Iniciativa Saleema.

6. Estratégia de Comunicação e Sensibilização

Este Programa de Iniciativa Saleema e Plano de Acção contempla uma estratégia de Comunicação e Defesa que buscará ampliar três (3) elementos chave:

- a) Comunicação positiva e culturalmente sensível sobre o fim da prática da mutilação genital feminina,
- b) Mudança de comportamento, atitude e norma social - particularmente a nível do núcleo familiar e da comunidade e tendo em conta os contextos e os condutores regionais, nacionais e globais,
- c) Posicionamento e visibilidade da Iniciativa Saleema aos níveis comunitário, nacional, regional e global.

O esforço de comunicação e sensibilização da Iniciativa Saleema utilizará uma mistura de abordagens e metodologias. Estas incluirão:

- a) Criar uma narrativa inovadora, positiva e fortalecedora sobre a aceitação e liderança da mudança da norma social no sentido da eliminação da mutilação genital feminina:
- b) Utilização de *Sufara Saleema* (embaixadores), líderes de opinião, e símbolos icónicos da comunidade para alargar a rede da mudança,
- c) Sensibilização e activação dos meios de comunicação sobre o abandono da mutilação genital feminina,
- d) Utilização do marketing social para promover mensagens relacionadas com a Iniciativa Saleema,
- e) Utilização dos meios de comunicação para divulgar informação sobre o alcance, impacto, desafios e melhores práticas em resposta à prática da mutilação genital feminina,

- f) Monitorização e revisão de canais multimédia (tradicionais⁵ e modernos⁶) para acompanhar as discussões de tendências sobre a MGF,
- g) Documentar e divulgar líderes de opinião e vozes comunitárias,
- h) Embalagem e divulgação de provas e dados através de meios inovadores, incluindo infografia, visualização de dados e animação,
- i) Organização de seminários de formação, mesas redondas sobre políticas, desenvolvimento de directrizes e alternativas de comunicação para a mudança de comportamentos, incluindo com decisores políticos, peritos em ciências sociais e cognitivas e outras actividades de mobilização para o avanço da agenda de abandono da MGF.
- j) Criar oportunidades para as comunidades discutirem e reflectirem sobre novos conhecimentos em público. Este diálogo público proporciona oportunidades para aumentar a sensibilização e a compreensão da comunidade sobre os direitos humanos das raparigas e das mulheres e sobre os instrumentos jurídicos nacionais e internacionais em matéria de mutilação genital feminina, e para alcançar as comunidades desconectadas (offline).

No centro da estratégia de comunicação estará um trabalho deliberado de alinhamento com a vasta experiência e programação dos Estados-membros para promover a mudança social e de comportamento e abordagens de comunicação (SBCC) sobre o fim de práticas nocivas, incluindo a mutilação genital feminina. A Iniciativa Saleema irá identificar e analisar os esforços existentes, os Estados-membros liderados pela SBCC no terreno para identificar áreas de convergência e prover um instrumento orientador para alinhar a iniciativa com e ampliar ainda mais o trabalho a nível nacional e comunitário.

Uma descrição detalhada do pacote de comunicação e sensibilização pode ser consultada no **Anexo 10.1**.

7. Disposições relativas à implementação

A Iniciativa Saleema da UA é uma iniciativa de âmbito continental que visará todos os Estados-membros, com especial incidência nos países onde a MGF é predominante⁷.

- a) Ao **nível Continental e das Comunidades Económicas Regionais (CER)**, a CUA em Adis Abeba, tem e terá a liderança na concepção global,

⁵ Radio e Televisão

⁶ Sítio Web, Órgãos da Comunicação Social, YouTube

⁷ Benin, Burquina Faso, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Côte d'Ivoire, Djibuti, Egipto, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné Conacri, Guiné Bissau, Quénia, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Sierra Leone, Somália, Sudão, Togo, Uganda, República Unida da Tanzânia

desenvolvimento, monitorização, apresentação de relatórios e responsabilização desta iniciativa, incluindo a sensibilização e a convocação de Estados-membros, para além de assegurar a supervisão, apoio técnico e capacitação onde a iniciativa será implementada. A Comissão envolverá igualmente as CER na utilização das suas competências regionais, quadros legislativos, processos e plataformas de convocação, e instituições da UA, tais como a Academia Africana das Línguas (ACALAN) e a sociedade civil, uma vez que procura beneficiar de competências especializadas em várias fases da iniciativa.

- b) Ao **nível de país**, os Estados-membros individualmente liderarão a implementação, o acompanhamento e a elaboração de relatórios sobre a iniciativa. Por intermédio dos mecanismos nacionais existentes de coordenação da MGF, e nos casos em que não existam, recém-estabelecidos, os Estados-membros irão liderar a iniciativa e os parceiros no terreno para apoiar a implementação. Os países irão seleccionar, contextualizar e implementar a Iniciativa Saleema de acordo com as suas próprias análises específicas da situação da MGF, prioridades nacionais, e capacidades e recursos disponíveis. Por outro lado, a Iniciativa incentivará a cooperação transfronteiriça entre Estados-membros para mobilizar e reforçar novos tipos de parcerias e acções visando eliminar a prática através de comunidades fronteiriças.
- c) A **nível comunitário**, cada Estado-membro identificará comunidades específicas através da identificação das áreas mais relevantes, acessíveis e com maior potencial de mudança com base no contexto sócio-cultural. Os Estados-membros irão liderar a resposta a este nível, onde o envolvimento da sociedade civil e grupos comunitários, tradicionais, religiosos e líderes de opinião será altamente encorajado. A Comissão prestará apoio técnico e capacitação, particularmente um conjunto de ferramentas padrão para fornecer aos Estados-membros uma miscelânea de ideias, lições e melhores práticas para a localização da Iniciativa Saleema nas comunidades alvo.

8. Mobilização de Recursos

Chegar a zero casos de mutilação genital feminina até 2030 requer investimentos e recursos adequados para a prestação de serviços, programas e mecanismos de prestação de justiça e envolvimento da comunidade. As dotações orçamentais a nível nacional de fontes internas são imperativas para uma resposta sustentada a nível nacional, a fim de eliminar a prática prejudicial. Para a Iniciativa Saleema, as necessidades de recursos envolverão apoio programático, operacional e de intervenção a nível nacional. A União Africana saúda e incentiva o envolvimento de uma combinação de parceiros na Iniciativa Saleema para coordenar acções e recursos.

9. Monitorização e Avaliação

A **nível continental**, a Iniciativa Saleema trabalhará com uma série de considerações de base, incluindo

- a) As taxas de prevalência mais recentes,
- b) Datas e qualidade da promulgação da legislação,
- c) Taxas de atribuição de recursos internos e análise como indicação da implementação do compromisso estatal,
- d) Números de entrega de serviços,
- e) Números reportados de abandono da MGF comunitária e,
- f) Ratificação e domesticação de importantes instrumentos jurídicos e de política regional e continental, assim como o cumprimento de obrigações.

A monitorização e a elaboração de relatórios serão levadas a cabo ao longo de todo o ciclo de implementação, conduzindo revisões do programa para tratar de questões relacionadas com o Plano de Acção. Com esta iniciativa, a CUA apoiará o desenvolvimento de metodologias e ferramentas harmonizadas de recolha e análise de dados que se apoiarão em dados e relatórios dos Estados-membros, bem como a implementação de um quadro de responsabilização.

Serão realizadas avaliações temáticas sobre intervenções programáticas chave seleccionadas sobre MGF para tirar lições e informar a modelação sobre temas seleccionados. Será elaborado anualmente um relatório periódico sobre os progressos registados na estratégia de sensibilização e comunicação, utilizando os canais da iniciativa para solicitar e divulgar informação. Isto contribuirá para o relatório anual global da Iniciativa Saleema, a ser partilhado pelo Promotor da UA sobre a Eliminação da MGF, através de uma declaração detalhada entregue na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo de Janeiro/Fevereiro. Nos primeiros cinco (5) anos da Iniciativa, serão encomendados pelo menos 2 exercícios de avaliação para reforçar a concepção programática, ajudar a rever ferramentas e métodos, e a entrega de intervenções.

Os primeiros cinco anos da Iniciativa Saleema representarão a Fase I da iniciativa, após a qual se procederá a uma extensa revisão da implementação do programa (concepção, metodologia, intervenções) para informar as acções de acompanhamento.

9.1 Quadro de Responsabilização

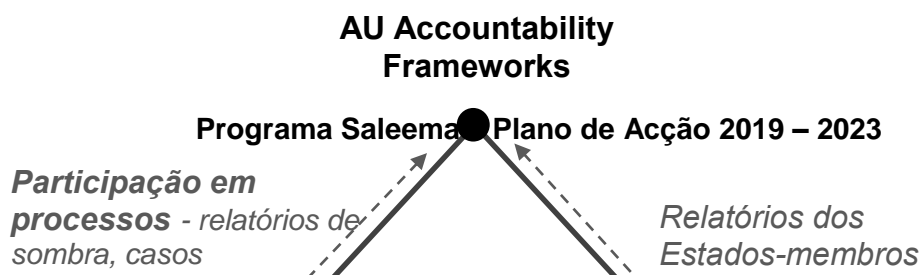
Uma componente crítica da Iniciativa Saleema, tal como solicitado através da Decisão da UA Assembly/AU/Dec.737(XXXII), será o Quadro de Responsabilização que dará

orientações para a " *prestação de contas e acompanhamento do progresso a nível regional e nacional em conformidade com os compromissos*". O quadro basear-se-á e beneficiará dos quadros de responsabilização da UA existentes - trabalhando no âmbito de processos em curso para assegurar que os Estados-membros prestem contas sobre políticas e acções programáticas destinadas a eliminar a prática contínua da MGF. Estes incluirão a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) - também conhecida como Comissão de Banjul, e o Comité de Peritos sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança (ACERWC).

Outrossim, o quadro também procurará envolver o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos no reforço da capacidade dos actores não estatais (líderes comunitários, grupos da sociedade civil, instituições regionais e nacionais de direitos humanos) para utilizar o espectro de instrumentos e processos à disposição do tribunal na protecção e salvaguarda dos direitos das raparigas e mulheres nos esforços de eliminação da MGF. Mais ainda, o quadro de responsabilização também utilizará o Observatório de Género da União Africana (AUGO), que é uma plataforma de gestão do conhecimento para monitorizar a implementação e aplicação de instrumentos regionais e internacionais, incluindo, mas não se limitando ao Protocolo de Maputo, a Declaração Solene sobre a Igualdade de Género em África (SDGEA) e a Agenda 2063. O mecanismo basear-se-á igualmente nos quadros de informação existentes, tais como as Estatísticas Africanas de Saúde da CUA, o Quadro de Avaliação do CARMMA, o Índice Africano de Igualdade de Género do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), entre outros.

O quadro de responsabilização da Iniciativa Saleema será um ciclo triangular de resposta, envolvendo **Mecanismos de Responsabilização Identificados da UA (CADHP, ACERWC, TADHP)** e vozes de **Detentores de Direitos** (*vítimas de MGF, líderes tradicionais e religiosos, sociedade civil e grupos comunitários, e instituições nacionais de direitos humanos*) e *detentores de deveres* (*líderes comunitários, sub-regionais, INDH e líderes governamentais nacionais*). Note-se que algumas Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH) são entidades estatutárias, embora independentes, pelo que em alguns casos seriam consideradas como fazendo parte do nó dos detentores de direitos. O quadro também considera o âmbito de trabalho de cada plataforma, as oportunidades de envolvimento, assim como quaisquer limitações. Uma análise detalhada de cada plataforma será realizada numa consulta rigorosa e inclusiva.

Além disso, o Promotor da UA sobre a Eliminação da MGF - S. Exa. Roch Marc Christian Kaboré, Presidente do Burquina Faso, apresentará anualmente um relatório de situação à Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, bem como convocará um Evento de Alto Nível à margem da Cimeira sobre a MGF, em parceria com outros Promotores da UA, Estados-membros e parceiros.



10. Teoria pormenorizada da mudança

| Meta | Galvanizar o compromisso político e acelerar a acção para casos de mutilação genital feminina zero até 2030 em África | | | | |
|-------------------|---|---|--|--|--|
| Resultados | Registaram-se alterações positivas nas normas sociais e dinâmicas culturais que contribuem para violações generalizadas dos direitos humanos e violência baseada no género, através da prática da mutilação genital feminina, impulsionada por uma campanha de comunicação e advocacia orientada e estratégica. | Reforçaram-se as capacidades e políticas das partes interessadas, resultando em programas que operam em escala, e contribuindo para acelerar a eliminação da mutilação genital feminina. | África está a originar provas, dados e informação sobre, e a aumentar a eficiência da programação, de políticas e prestação de serviços no sentido de eliminar a mutilação genital feminina. | Quadro de responsabilização institucionalizado e funcional da UA, com os Estados-membros, detentores de direitos e deveres no centro, para a Iniciativa Saleema. | <p>Riscos</p> <p>A mudança da norma social é gradual e constitui um processo; a atribuição e o compromisso de recursos internos a longo prazo podem não ser garantidos.</p> |
| Resultados | Mobilizados grupos regionais, sub-regionais e nacionais, incluindo OSC, jovens, grupos de mulheres para articular empenho político e acção no sentido de prevenir e enfrentar a mutilação genital feminina | Os Estados-membros e as OSC foram apoiados com estratégias, instrumentos e boas práticas para adoptar e implementar, monitorizar e avaliar planos de acção nacionais multi-sectoriais para a eliminação da MGF a todos os níveis. | As instituições nacionais e regionais são capazes de recolher e analisar dados comparáveis sobre a mutilação genital feminina, incluindo em contextos transfronteiriços e de conflito. | Capacidade reforçada de parceiros Continentais, Regionais e Nacionais para rever e/ou desenvolver leis, políticas, em conformidade com os quadros Continental e Internacional. | <p>Suposições</p> <p>Os Estados-membros respondem e apoiam um amplo envolvimento, apresentação de relatórios e responsabilização das partes interessadas.</p> |
| | Iniciativa Saleema tornou-se visível, e complementada com comunicação positiva, sensibilização e troca de informação sobre a eliminação da mutilação genital feminina | Reforçadas as capacidades de jovens, grupos de mulheres e organizações de base religiosa para mobilizar recursos, executar programas multi-sectoriais no sentido de acelerar a eliminação da MGF | Criado um núcleo continental central e comum de gestão do conhecimento sobre leis, políticas, boas práticas e investigação sobre a mutilação genital feminina. | Um mecanismo continental funcional de revisão inter pares para monitorizar a eliminação da MGF está em funcionamento | <p>Riscos</p> <p>Retrocesso ou relutância das iniciativas regionais e dos Estados-membros para se alinharem com a Iniciativa Saleema</p> |
| | Grupos comunitários e da sociedade civil sensibilizados e empenhados na Iniciativa Saleema através de declarações de abandono da MGF e da defesa de uma agenda de protecção para raparigas e mulheres | Melhoria da capacidade das instituições regionais e nacionais de direitos humanos na prestação de apoio jurídico e social às sobreviventes de mutilação genital feminina | | | <p>Pressupostos</p> <p>28 Estados-membros da UA têm prevalência da MGF, com alguma forma de</p> |

| | | | | | |
|-----------------|--|---|--|---|--|
| | Comunidades tiveram maior impacto através da informação, sensibilização e educação em como pôr fim à prática da mutilação genital feminina | Maior capacidade das instituições regionais e nacionais na implementação de políticas, leis e programas destinados a eliminar as práticas transfronteiriças de mutilação genital feminina | | | intervenção a nível comunitário e/ou nacional, que cria uma brecha para a Iniciativa Saleema alinhar e solicitar apoio substancial visando cumprir o mandato da UA de eliminar práticas nocivas, especialmente a MGF |
| | | Parcerias reforçadas e consolidadas com grupos culturais, tradicionais e religiosos para proporcionar um ambiente propício à acção a nível comunitário, a fim de acelerar a eliminação da MGF | | | |
| Pilotos | Dinâmicas sociais, religiosas e culturais, e pobreza: que a MGF faz parte das práticas socioculturais que definem as comunidades onde é praticada. É uma convenção social (uma norma social) e impulsionada pelo desejo de controlar a sexualidade feminina, apoiando algumas interpretações religiosas, marcação ritual da transição de uma rapariga para a idade adulta, com acesso limitado à educação e oportunidades económicas para raparigas e mulheres, e garantia do estatuto social das raparigas ou das mulheres, castidade, purificação e/ou casamento | Violência Baseada no Género e Direitos Humanos: A MGF manifesta-se em desigualdades de género profundamente enraizadas, discriminação, estereótipos de género e masculinidades nocivas nas sociedades que endossam a MGF, exigindo uma abordagem baseada no género para abordar as causas e efeitos de raiz. A prática é também uma violação dos direitos humanos, infringindo a autonomia corporal, a tomada de decisões e o bem-estar. | Quadros legislativos e de políticas: quadros legislativos fortes, inclusivos e de âmbito alargado, que incentivam e colocam o envolvimento e propriedade da comunidade no centro, tendem a proporcionar mecanismos de aplicação de justiça eficientes e de aceitação. | Cooperação Regional, Empenhamento Político: particularmente em contextos transfronteiriços, onde a MGF é praticada em comunidades que têm um fraco alinhamento e supervisão política e legislativa, a MGF tende a ser elevada, exigindo uma cooperação mais estreita, envolvendo líderes comunitários e políticos para acelerar a eliminação da prática prejudicial. | Riscos Fraca capacidade e atribuição inadequada de recursos a nível dos Estados-membros e da comunidade Pressupostos Os Estados-membros, parceiros e comunidades investem no reforço de capacidades, troca de informação e atribuição sustentada de recursos para a eliminação da MGF |
| Problema | Mais de 125 milhões de raparigas e mulheres foram submetidas a mutilação genital feminina em África, representando mais de 60% da prevalência global - 200 milhões. Em todo o continente, as taxas de prevalência variam entre 15% e mais de 95% para raparigas e mulheres com idades compreendidas entre os 15 e 49 anos, sendo os países seleccionados nas regiões da África Central e Ocidental responsáveis por uma grande parte dos números. Com base nas estimativas actuais, mais de 50 milhões de raparigas entre os 0 - 14 anos de idade estarão em risco de sofrer de MGF até 2030 em África, se não forem tomadas medidas urgentes para inverter as tendências actuais. | | | | |

11. Coordenadas de contacto

Para mais informações, queira contactar:

Dr^a. Jane Marie Ong'olo,
Chefe da Divisão de Assistência Social, Grupos Vulneráveis e Controlo de Drogas
Departamento de Assuntos Sociais, Comissão da União Africana
P. O. Box 3243, Adis Abeba, Etiópia

Tel: +251 115 51 77 00/ Ext 2210

Email: OngolovJM@africa-union.org e CC: Sr. Robert Kasenene, Email: KaseneneR@africa-union.org e Sr^a Nena Thundu THUNDUN@africa-union.org